



5 ° SIMULADO

Regular de Procuradorias

Simulado Regular de Procuradorias

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas nos concursos para Procuradorias PGM, PGE e AGU;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradorias-02-10>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

01. A doutrina, no estudo das normas constitucionais, passa agrupa-las de acordo com a sua finalidade, pelo que surge o conceito de elementos da Constituição.

Segundo esse conceito, marque a alternativa que corretamente classifica as normas correlacionadas abaixo, segundo a sua ordem de apresentação.

I. ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

II. garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

III. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

IV. Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

a) Elemento orgânico; Elemento Limitativo; Elemento Socioideológico; Elemento de Estabilização Constitucional.

b) Elemento Limitativo; Elemento orgânico; Elemento Socioideológico; Elemento de Estabilização Constitucional.

c) Elemento Limitativo; Elemento formal de aplicabilidade; Elemento orgânico; Elemento de Estabilização Constitucional.

d) Elemento Limitativo; Elemento Socioideológico; Elemento orgânico; Elemento de Estabilização Constitucional.

e) Elemento orgânico; Elemento Limitativo; Elemento Socioideológico; Elemento de formal de aplicabilidade.

02. Com o intuito de combater a crise decorrente da pandemia desencadeada pela Covid-19, foi editada a Lei Complementar 173/2020, que estabeleceu uma série de proibições temporárias aplicáveis à União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados, como proibição de criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa, alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa, conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, dentre outras.

Sobre referidas proibições, assinale a alternativa que representa o entendimento que restou pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal:

a) Referidas medidas violam a Constituição Federal, por ofensa ao princípio da separação dos poderes.

b) A edição da norma em comento se insere na competência da União para legislar sobre finanças públicas.

c) A norma mencionada é inconstitucional por tratar de matéria de organização administrativa, que compete à cada ente federado.

d) Para a aplicação das medidas indicadas, faz-se necessária a edição de lei específica, de iniciativa do chefe do poder executivo regional ou local, por tratar de questões atinentes à remuneração dos respectivos servidores públicos.

e) As medidas indicadas sofrem de vício de constitucionalidade material.

03. Segundo a CF/88, Cada uma das Casas do Congresso Nacional reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. Sobre referida norma, é correto afirmar:

a) Constituições estaduais podem prever a reeleição de membros das mesas diretoras das assembleias legislativas para mandatos consecutivos, mas essa recondução é limitada a uma única vez.

b) É constitucional a reeleição em número ilimitado, para mandatos consecutivos, dos membros das Mesas Diretoras das Assembleias Legislativas Estaduais para os mesmos cargos que ocupam.

c) A norma exposta é norma de reprodução obrigatória por parte dos Estados-membros.

d) É inconstitucional a norma estadual que vede a recondução, independentemente do mandato, para os cargos da mesa diretora da assembleia legislativa.

e) Constituições estaduais não podem prever a reeleição de membros das mesas diretoras das assembleias legislativas para mandatos consecutivos.

04. A Constituição Federal prevê que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados alguns preceitos, dentre os quais o caráter nacional.

A esse respeito, é correto afirmar:

a) Em razão das limitações impostas, não se pode afirmar que o ordenamento nacional consagra a liberdade de organização partidária.

b) Em razão do caráter nacional, há responsabilidade solidária entre os diretórios partidários municipais, estaduais e nacionais pelo inadimplemento de suas respectivas obrigações ou por dano causado, violação de direito ou qualquer ato ilícito.

c) Mesmo inseridos na estrutura organizacional da mesma pessoa jurídica, os diretórios partidários dispõem de considerável autonomia administrativa, financeira, operacional e funcional, não sendo incompatível com a CF a previsão legal da

responsabilidade exclusiva desses órgãos partidários pelos atos que individualmente praticarem.

d) A proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes não é um preceito constitucional aplicável aos partidos políticos.

e) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.

05. A CF/88 estabelece que “a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.”

Acerca da legitimidade para propositura de ações que discutam danos ao erário, é correto afirmar que:

a) O Município prejudicado não é legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.

b) Os estados têm legitimidade ativa para a execução de multas aplicadas, por Tribunais de Contas estaduais, em face de agentes públicos municipais, que, por seus atos, tenham causado prejuízos a municípios.

c) Se a multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado decorre da prática de atos que causaram prejuízo ao erário municipal, o legitimado ativo para a execução do crédito fiscal é o município lesado.

d) Se a multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado decorre da prática de atos que causaram prejuízo ao erário municipal, são legitimados ativos para a execução do crédito fiscal tanto o estado quanto o município respectivo.

e) Se a multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado decorre da prática de atos que causaram prejuízo ao erário municipal, decorrente de ato praticado por agente estadual, o legitimado ativo para a execução do crédito fiscal é o estado.

a) É inconstitucional a legislação estadual que, flexibilizando exigência legal para o desenvolvimento de atividade potencialmente poluidora, cria modalidade mais simplificada de licenciamento ambiental.

b) Incumbe ao Poder Público, exigir, conforme decreto regulamentar, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

c) Considerada a predominância do interesse, a regulação sobre a expedição de licenças ambientais específicas de empreendimentos potencialmente poluidores se situa no âmbito de competência dos Estados para a edição de normas gerais de proteção ao meio ambiente.

d) Incumbe ao Poder Público, definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a criação, alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

e) O Poder Público não tem competência para preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

06. A CF/88 assevera que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Quanto ao tema, assinale a alternativa correta.

07. Acerca da competência legislativa, segundo a Jurisprudência do STF, é correto afirmar:

- a) É constitucional lei estadual que estabelece que o condutor não pode sofrer qualquer restrição administrativa ao seu direito de dirigir enquanto não houvesse decisão definitiva, em sede administrativa ou judicial, sempre que a infração pudesse resultar na suspensão ou na cassação da CNH.
- b) É inconstitucional lei estadual que verse sobre a responsabilidade de terceiros por infrações de forma diversa das regras gerais estabelecidas pelo Código Tributário Nacional.
- c) É constitucional norma de constituição estadual que disponha sobre o depósito de lixo atômico e a instalação de usinas nucleares.
- d) É inconstitucional lei estadual que proíbe ligações de telemarketing para oferecimento de empréstimo a aposentados e pensionistas.
- e) É constitucional lei estadual que proíbe a suspensão de planos de saúde em razão do inadimplemento durante a pandemia.

08. Julgue os itens a seguir conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- I. É inconstitucional a legislação estadual que estabelece a redução obrigatória das mensalidades da rede privada de ensino durante a vigência das medidas restritivas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus.
- II. Normas estaduais que disponham sobre obrigações destinadas às empresas de telecomunicações, relativamente à oferta de produtos e serviços, incluem-se na competência concorrente dos estados para legislar sobre direitos do consumidor.
- III. Não invade a competência da União para o estabelecimento de normas gerais sobre consumo e desporto a autorização e regulamentação, por

estado-membro, da venda e do consumo de bebidas alcoólicas em eventos esportivos.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todas os itens.

09. Julgue os itens a seguir conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- I. É inconstitucional legislação estadual que proíbe toda e qualquer atividade de comunicação comercial dirigida às crianças nos estabelecimentos de educação básica.
- II. Não se admite controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da lei orgânica respectiva.
- III. Governador de estado afastado cautelarmente de suas funções por força do recebimento de denúncia por crime comum não tem legitimidade ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todas os itens.

10. Segundo a CF/88, “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. O direito a

proteção especial abrangerá os seguintes aspectos, exceto:

- a) garantia de direitos previdenciários e trabalhistas.
- b) garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola
- c) idade mínima de doze anos para admissão ao trabalho.
- d) garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.
- e) obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.

11. Acerca dos direitos garantidos aos índios, julgue os itens a seguir:

I. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

II. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua propriedade permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

III. Os direitos sobre as terras destinadas aos índios são imprescritíveis e indisponíveis, mas alienáveis, desde que mediante lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional.

Estão corretos os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.

e) Todos os itens estão corretos.

12. Acerca dos direitos garantidos aos índios, julgue os itens a seguir:

I. É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, nos termos do decreto presidencial, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

II. São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras reservadas aos índios, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a

União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

III. Não se aplica às terras indígenas as regras referentes à promoção e estímulo da atividade garimpeira, por meio de cooperativas, prevista na CF/88.

Estão corretos os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.
- e) Todos os itens estão corretos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

13. Em relação ao Regime Jurídico Administrativo, é correto afirmar:

- a) Em seu sentido objetivo, a administração pública corresponde aos órgãos públicos que compõem os poderes.
- b) A Administração Pública é regida por diversos princípios, tais como o da supremacia do interesse público sobre o particular e o da pessoalidade.
- c) A Administração pública está sujeita a regime jurídico administrativo, que aplica-se às autarquias, pessoas jurídicas de direito público ou privado que integram a Administração pública indireta do Estado.
- d) No sentido subjetivo, a Administração Pública corresponde a um conjunto de funções ou atividades de caráter essencialmente administrativo, consistentes em realizar concreta, direta e imediatamente os fins constitucionalmente atribuídos ao Estado.
- e) De acordo com o princípio da indisponibilidade do interesse público, os interesses públicos não se encontram à livre disposição do Administrador público.

14. Nos termos da Lei 14.133/2021, a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública, refere-se ao conceito de:

- a) Entidade.
- b) Órgão.
- c) Administração Pública.
- d) Administração.
- e) Agente público.

15. Acerca do Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar:

- a) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar exige a exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- b) Na esfera administrativa, o proveito econômico auferido pelo servidor é relevante para a aplicação da penalidade no processo disciplinar.
- c) O controle judicial no processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo.
- d) Não é possível, via mandado de segurança, valorar a congruência entre a conduta apurada e a capitulação da pena de demissão aplicada no processo administrativo disciplinar.
- e) Eventuais irregularidades ocorridas na sindicância contaminam o processo administrativo disciplinar instaurado posteriormente.

16. Com base nas disposições da Lei 8.429/92, sobre Improbidade Administrativa, assinale a opção correta.

a) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de 120 (cento e vinte) dias da efetivação da medida cautelar.

b) Será punido exclusivamente com a pena de suspensão de até 180 dias, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

c) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

d) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

e) Ocorrendo lesão ao patrimônio público, desde que por ação dolosa do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

17. Sobre Serviços Públicos, assinale a alternativa correta.

a) Em um serviço de transporte coletivo objeto de concessão ou permissão, sua remuneração poderá ser constituída pelo preço público, somado à receita oriunda de outras fontes de custeio.

b) A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de encampação.

c) A concessionária é responsável solidária com o poder público pelos prejuízos causados aos usuários do serviço concedido.

d) É vedada a subconcessão do contrato de concessão, nos termos da Lei 8.987/95.

e) A fiscalização do poder público exclui ou atenua a responsabilidade da concessionária no caso de danos ao usuário do serviço.

18. No que diz respeito aos Servidores Públicos, assinale a alternativa correta.

a) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos de professor, ainda que haja compatibilidade de horários.

b) A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.

c) Incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público.

d) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

e) É constitucional o aproveitamento de servidor, aprovado em concurso público a exigir formação de nível médio, em cargo que pressuponha escolaridade superior.

19. Sobre Bens Públicos, é correto afirmar:

a) As terras devolutas indispensáveis à preservação do meio ambiente são consideradas bens de uso comum do povo de titularidade da União.

b) Os bens públicos dominicais não estão sujeitos a usucapião.

c) Ainda que a ocupação indevida do bem público seja considerada como detenção, as benfeitorias realizadas pelo particular são suscetíveis de indenização.

d) São bens de uso comum do povo, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

e) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito, mas não retribuído.

20. Em relação à Organização Administrativa, é correto afirmar:

- a) As autarquias são dotadas de autoadministração e, por isso, não se submetem a controle da administração pública.
- b) As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, integrantes da Administração indireta, são pessoas jurídicas de direito privado, decorrentes da desconcentração administrativa.
- c) As pessoas jurídicas de direito público não são suscetíveis de indenização por danos morais.
- d) É inaplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.
- e) A Câmara de vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.

21. A duração dos contratos administrativos regidos pela Lei 14.133/2021 será de:

- a) Até 48 meses nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.
- b) Até 48 meses na hipótese de aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.
- c) Até 5 anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.

d) Até 15 anos na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

e) Até 4 anos na hipótese de aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

22. Acerca da Intervenção do Estado na Propriedade Privada, é correto afirmar:

a) Nos termos da jurisprudência do STJ, a intervenção do Ministério Público nas ações de desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária é facultativa.

b) De acordo com o STF, o princípio da hierarquia verticalizada impede que os Estados-membros e os Municípios tombem bens de propriedade da União.

c) De acordo com o STJ, em ação de desapropriação, é possível ao juiz determinar a realização de perícia avaliatória, ainda que os réus tenham concordado com o valor oferecido pelo Estado.

d) Para o STJ, não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas em ação de desapropriação indireta.

e) A qualificação de imóvel como estação ecológica não limita o direito de propriedade, permanecendo a incidência do IPTU.

23. Sobre Atos Administrativos, assinale a alternativa correta.

a) Os atos compostos são aqueles que necessitam, para sua formação, da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades.

b) O ato vinculado pode ser revogado.

c) A avocação de competência para a prática de determinado ato administrativo pode ocorrer de forma temporária ou permanente.

d) A revogação é a retirada de um ato administrativo inválido.

e) São atributos dos atos administrativos a presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade.

24. No que concerne à responsabilidade estatal no direito brasileiro, é incorreto afirmar que.

a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

b) Não implica nulidade do Processo Administrativo Disciplinar, decorrente da inobservância do direito à não autoincriminação, quando a testemunha, até então não envolvida, noticia elementos que trazem para si responsabilidade pelos episódios em investigação.

c) São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

d) É incompatível com a Constituição Federal emenda à Constituição estadual que institui, como limite remuneratório único dos servidores públicos estaduais, o valor do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

e) Viola a Constituição Federal a vinculação do subsídio dos deputados estaduais ao quantum estipulado pela União aos deputados federais.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

25. A partir das afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - A taxa e o preço público podem ser instituídos, cobrados e fiscalizados por empresa pública que passe a ser a titular daquele serviço prestado.

II - As limitações ao poder de tributar estão regulamentadas na Constituição Federal, devendo as demais fontes normativas restarem em harmonia com os dispositivos constitucionais limitadores.

III - Os municípios, quanto ao imposto incidente sobre a propriedade predial e territorial urbana, podem instituir tratamento diferenciado em razão da localização ou uso do imóvel, fixando alíquotas diferentes, por força de expressa permissão constitucional.

a) Apenas a alternativa II está correta;

b) Apenas a alternativa III está correta;

c) Estão corretas as alternativas II e III;

d) Estão corretas as alternativas I e II;

e) Todas as alternativas estão corretas

26. A partir das afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - São características da competência tributária a privatividade, a indelegabilidade e a facultatividade.

II - A alíquota do ISQN não poderá ser superior a 5% do preço do serviço.

III - Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença

- a) As três afirmativas estão corretas;
- b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
- c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
- d) Todas as afirmativas são erradas;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

27. A base de cálculo do ITR - Imposto Territorial Rural - é o valor

- a) venal;
- b) fundiário.
- c) da nua propriedade.
- d) venal e das acessões.
- e) da estimativa de mercado.

28. Assinale a alternativa correta

- a) Para o Supremo Tribunal Federal é possível o pagamento de tributo in natura ou in labore desde que seja possível exprimir seu valor em moeda;
- b) Os tributos em regra possuem natureza fiscal e, excepcionalmente, pode possuir natureza punitiva;
- c) Nosso sistema jurídico tributário, sendo entendimento do Supremo Tribunal Federal, adotou o princípio do non olet;
- d) a cobrança tributária deverá sempre acontecer de maneira discricionária;
- e) Para o STF o princípio da capacidade contributiva não se estende as taxas e aos impostos reais;

29. Acerca do imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis - ITBI, é correto afirmar que

- a) Incide sobre transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- b) Incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão de pessoa jurídica quando a atividade preponderante do adquirente for a locação de bens imóveis.
- c) Incide sobre transmissão de bens ou direitos decorrentes de incorporação de pessoas jurídicas salvo se a atividade preponderante do adquirente for a de arrendamento mercantil.
- d) Não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes da cisão de pessoas jurídicas quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos.
- e) Não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de incorporação quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos.

30. Considerando

I - O lançamento reportar-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei vigente à época, salvo se lei superveniente for mais benéfica ao contribuinte;

II - A apresentação de recurso administrativo, o depósito do valor integral e a celebração de acordo de parcelamento são hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário;

III - A remissão e a anistia são hipóteses de exclusão do crédito tributário.

Assim, está correto o que se afirma em

- a) As três afirmativas estão corretas;
- b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
- c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;

- d) Todas as afirmativas são erradas;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

31. Com relação à cobrança dos créditos tributários na falência, assinale a opção correta

- a) O processo falimentar envolve o crédito tributário, mas exclui a multa tributária;
- b) As execuções fiscais em curso serão suspensas com a decretação de falência, consoante a lei processual que disciplina a cobrança do crédito tributário;
- c) A propositura de execução fiscal posterior à decretação de falência ocorrerá no juízo falimentar;
- d) A decretação da falência interrompe o prazo de prescrição do crédito tributário;
- e) Os créditos tributários serão adimplidos após realizado o pagamento dos créditos com garantia real, até o limite do apurado com os bens gravados

32. Indique a alternativa correta

- a) Com o pagamento, no lançamento por homologação, pode ser considerado definitivamente extinto o crédito tributário;
- b) Se não houve antecipação de pagamento, não há falar-se em lançamento por homologação, mas, sim, falar-se lançamento de ofício;
- c) o pagamento de débito tributário prescrito não propicia direito à restituição conquanto houvesse perecido a ação, permanece íntegro o direito material subjacente;
- d) É admissível o benefício da denúncia espontânea no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação quando o contribuinte, declarada a dívida, efetua o pagamento, embora a destempo;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

33. No caso do ISS, é incorreto afirmar:

- a) Para o STF não incide ISS sobre o serviço de locação de bens móveis;
- b) De modo geral, o ISS é devido no local do estabelecimento do prestador ou, na falta de estabelecimento, no local de domicílio do prestador.
- c) Incide ISS e não IPI sobre serviço de manutenção em âmbito industrial sobre produto certo e determinado de propriedade de determinada pessoa.
- d) Não é possível utilizar para base de cálculo do ISS valor correspondente a circulação de mercadoria.
- e) Não deve incidir ISS sobre a exportação de serviços para o exterior.

34. É correto dizer que:

- a) ocorrendo alguma das hipóteses de suspensão do crédito tributário antes do fisco ter efetuado o lançamento tributário, este não poderá mais ocorrer enquanto a suspensão estiver vigente.
- b) Para o STF o ato de concessão de isenção fiscal não é discricionário.
- c) De acordo com o CTN, constitui caso de extinção do crédito tributário a concessão de isenção tributária.

d) Os créditos contra a Fazenda pública utilizáveis na compensação podem ser tanto os vencidos como os vincendos.

e) Uma lei que cria determinada anistia tributária atenderá ao que dispõe o CTN se, expressamente, anistiar as infrações cometidas antes e depois de sua edição.

35. De acordo com o direito tributário constitucional, pertencem aos municípios

a) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

b) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

c) 35% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

d) 25% do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

e) 35% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

36. Analise as assertivas seguintes sobre tributos, suas espécies e os princípios constitucionais tributários.

I. as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, mas vão incidir sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.

II. o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a títulos ou valores mobiliários

não incide sobre os saques efetuados em cadernetas de poupança.

III. sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

IV. é inadmissível a União conceder incentivos fiscais que não sejam uniformes em todo o território nacional, ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

Está correto apenas o que se afirma nos itens:

a) I e II

b) II e III

c) I, II e IV

d) I, III e IV

e) I, II e III

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcelos

37. De acordo com a atual legislação, a decisão que determinou a rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio

a) é irrecorrível, mas pode ser questionada por outros meios de impugnação.

b) desafia recurso de apelação, no prazo de quinze dias, contados a partir da intimação desta decisão.

c) desafia recurso de agravo de instrumento, no prazo de quinze dias, contados a partir da intimação desta decisão.

d) não apresenta recorribilidade imediata, e, por isso, não se submete à preclusão temporal antes da prolação da sentença, pois pode ser alegada quando da apelação, no prazo de quinze dias, contados a partir da intimação da sentença.

e) pode desafiar recurso de agravo de instrumento ou de apelação, conforme o momento do processo em que a decisão for proferida; em ambos os casos, o prazo será de quinze dias, contados a partir intimação da decisão.

38. Sobre o incidente de desconconsideração de personalidade jurídica, é correto afirmar.

a) Dispensa-se a instauração do incidente se a desconconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

b) Concluída a instrução o incidente será resolvido por sentença.

c) Após a instauração do incidente, o sócio ou a pessoa jurídica serão intimados para manifestar e requerer as provas cabíveis no prazo de dez dias.

d) Não se aplica a hipótese de desconconsideração inversa da personalidade jurídica.

e) Acolhido o pedido de desconconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude contra credores, será nula em relação ao adquirente.

39. A respeito da tutela de evidência, é correto afirmar que

a) é possível sua concessão, desde que presentes a demonstração de perigo de dano e manifesto propósito protelatório do réu.

b) pode ser concedida quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

c) não é admitida para ações em que Fazenda Pública for parte.

d) não pode, em hipótese alguma, ser deferida liminarmente, em atenção ao princípio do devido processo legal.

e) faz coisa julgada se for estabilizada após 02 (dois) anos de sua concessão.

40. Assinale a alternativa correta sobre o valor da causa no CPC, EXCETO:

a) na ação de alimentos, será a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor.

b) na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, será o valor pretendido.

c) na ação em que houver pedidos subsidiários, será a soma dos pedidos.

d) na ação em que os pedidos são alternativos, será o de maior valor.

e) na ação de cobrança de dívida, será a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação.

41. Em relação à legitimidade na ação civil pública, assinale a alternativa correta.

a) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.

b) Caso o Ministério Público da União mova a ação, ficará impedido o Ministério Público dos Estados integrar o polo como litisconsorte.

c) A lei de ação civil pública autoriza expressamente a legitimidade dos órgãos públicos com fins de proteção a direitos difusos e coletivos.

d) É vedado ao Poder Público e a outras associações legitimadas habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.

e) O requisito de pré-constituição de associação não poderá ser dispensado.

42. Segundo o CPC, gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais

a) somente a União, os Estados e o Distrito Federal e suas respectivas autarquias e fundações de direito público.

b) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público no juizado especial da Fazenda Pública.

c) somente a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas empresas públicas e sociedade de economia mista.

d) somente os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas empresas públicas e fundações de direito público.

e) somente a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público.

43. Em relação à ação rescisória,

a) seu rol é meramente exemplificativo.

b) a decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando for fundada em erro de fato verificável, ainda que demonstrado por elementos fora dos autos.

c) têm legitimidade para propor a ação rescisória quem foi parte no processo, mas é vedado ao seu sucessor a título universal ou singular.

d) não estão impedidos juízes que participaram do julgamento rescindendo.

e) A sua propositura não impede o cumprimento da decisão rescindenda, vedada concessão de tutela provisória.

44. Sobre o que prevê o CPC acerca das provas, assinale a alternativa correta.

a) Não dependem de prova os fatos afirmados por uma parte, e nada se pronunciar a parte contrária.

b) Todas as vezes que a parte alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário deverá provar-lhe o teor e o conteúdo, além de sua vigência.

c) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

d) A confissão é, em regra, divisível, não podendo a parte que a quiser invocar como prova aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável, porém cindir-se-á quando o confitente a ela aduzir fatos novos, capazes de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção.

e) a parte pode substituir a testemunha por enfermidade, ainda que tenha condições de depor.

45. Em relação ao entendimento jurisprudencial sobre ações possessórias, assinale a alternativa correta.

a) É admissível o interdito proibitório para a proteção do direito autoral.

b) Não será deferida a posse a quem, evidentemente, tiver o domínio, se com base neste for ela disputada.

c) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, embora suscetível de retenção, não admite a indenização por acessões e benfeitorias.

d) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

e) O ente público detém legitimidade e interesse para intervir incidentalmente na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, exceto o domínio.

46. Segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre a Reclamação.

- a) deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.
- b) poderá ser proposta pelo Ministério Público, desde que a matéria envolva interesses e direitos difusos e coletivos.
- c) a inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado prejudica a reclamação.
- d) somente o amicus curiae poderá impugnar o pedido do reclamante.
- e) o beneficiário da decisão impugnada somente será citado se o relator entender cabível ao caso concreto.

47. Considere as assertivas a seguir sobre a reconvenção.

I. É lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

II. A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro ou pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

III. O réu deve, necessariamente, ao propor reconvenção oferecer contestação.

IV. Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 10 (dez) dias.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) II e IV.
- e) I e II.

48. A Assembleia Legislativa do Estado Delta não recebeu parcela do seu duodécimo. Para exigir o seu direito, assinale a alternativa correta.

- a) Como não possui personalidade jurídica, somente poderá exigir administrativamente.
- b) Como possui personalidade jurídica, poderá ajuizar ação de cobrança em face do Estado Delta.
- c) Não possui personalidade jurídica, mas detém personalidade judiciária, podendo demandar em juízo para defender seus direitos institucionais.
- d) Possui personalidade judiciária, podendo pleitear qualquer direito, inclusive em ação civil pública para defesa de direitos difusos e coletivos.
- e) Possui personalidade jurídica e judiciária, podendo demandar em juízo para defender seus direitos institucionais.

ASPECTOS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL APLICADOS A FAZENDO PÚBLICA

Igor Maciel

49. No tocante à prescrição em ações propostas pela Fazenda Pública, assinale a alternativa correta, levando em consideração o entendimento atualizado dos Tribunais Superiores:

- a) Ocorre em 20 anos no caso de ações reparatórias por tortura, ocorridas durante o regime militar, e deve ser reconhecida de ofício, de acordo com entendimento do STJ.
- b) Ocorre em 05 anos e não pode ser reconhecida de ofício, de acordo com o Código Civil de 2002.
- c) Ocorre em 03 anos e pode ser reconhecida de ofício, de acordo com entendimento sumulado do STJ.

d) Ocorre em 05 anos e pode ser reconhecida de ofício, de acordo com o Decreto Federal nº 20.9210/32.

e) Ocorre em 10 anos no caso de execuções propostas em face da Fazenda Pública, e pode ser reconhecida de ofício, de acordo com entendimento sumulado do STJ.

50. Sobre a denúncia à lide, assinale a alternativa correta:

a) É admissível a denúncia da lide, promovida por qualquer das partes, ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciado, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam.

b) Feita a denúncia pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.

c) Se o denunciante for vencido, a ação de denúncia não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado.

d) Em caso de responsabilidade civil do Estado, é admissível a denúncia da lide pela Fazenda Pública em face do agente causador do dano, ainda que introduzido argumento novo na demanda.

e) A citação do denunciado será requerida na petição inicial, se o denunciante for autor, ou na apelação, se o denunciante for réu.

51. Acerca da remessa necessária, também chamada de reexame necessário, assinale a alternativa correta abaixo:

a) Aplica-se a remessa necessária se a sentença estiver fundada em orientação vinculante, se esta for firmada somente no âmbito administrativo do próprio ente público.

b) A sujeição à remessa de ofício alcança tanto as sentenças quanto as decisões interlocutórias.

c) Não se aplica, às ações de improbidade administrativa, o reexame necessário previsto na lei da ação popular.

d) Aplica-se a remessa necessária se a sentença estiver fundada em incidente de assunção de competência.

e) A sentença arbitral contra a Fazenda Pública não está sujeita à remessa necessária.

52. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta de acordo com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais majoritários:

a) A responsabilidade civil do Estado pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causarem dano a terceiros, é objetiva, assentado o dever de regresso contra o responsável.

b) O ordenamento brasileiro adota a Teoria do Risco Administrativo. Segundo essa teoria, a atuação estatal que causa prejuízos ao indivíduo gera para a administração pública a obrigação de indenizar, independentemente da existência de fato do serviço ou de culpa, consagrando a responsabilidade subjetiva do Estado.

c) A Teoria do Risco Integral adota a responsabilidade objetiva, sem possibilitar nenhuma hipótese de exclusão de responsabilidade do Estado, salvo nos casos das excludentes de culpa de terceiro e caso fortuito ou força maior.

d) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é subjetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço.

e) Segundo a Teoria da Culpa comum do Estado, o dever do Estado de indenizar o dano sofrido pelo

particular somente existe se comprovado que houve uma falha na prestação do serviço.

53. Sobre a tutela de urgência e de evidência, assinale a alternativa correta:

a) É possível pleitear tutela de urgência em face da Fazenda Pública; no entanto, não é possível que a Fazenda Pública pleiteie pela tutela de urgência.

b) Concedida a tutela antecipada antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar. Não realizado o aditamento, o processo será extinto com resolução do mérito.

c) Somente a parte que requereu a tutela antecipada poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada. Esse direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada extingue-se após 2 anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.

d) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

e) Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 15 dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

54. No que tange à Lei de Ação Popular – Lei nº 4.717/65, aduz seu artigo 1º que:

“Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.”

Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta acerca dos mencionados atos lesivos:

() São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo 1º da Lei 4.717/65, no caso, dentre outros, de incompetência, caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.

() É nula a operação bancária ou de crédito real praticada por quaisquer das pessoas ou entidades referidas no art. 1º da Lei 4.717/65, quando o valor

real do bem dado em hipoteca ou penhor for superior ao constante de escritura, contrato ou avaliação.

() É nula a compra e venda de bens móveis ou imóveis, celebrada por quaisquer das pessoas ou entidades referidas no art. 1º da Lei 4.717/65, nos casos em que não cabível concorrência pública ou administrativa, quando o preço de compra dos bens for superior ao corrente no mercado, na época da operação;”

- a) V, F, V
- b) F, F, V
- c) V, V, V
- d) V, F, F
- e) F, V, V

55. Assinale a alternativa correta, de acordo com entendimentos sumulados dos Superior Tribunal de Justiça:

- a) É cabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- b) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e modificação da competência estabelecida na Constituição Federal.
- c) Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.

d) O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, salvo se decorrentes da prestação de serviço público.

e) O arquivamento provisório previsto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, dirigido aos débitos inscritos como dívida ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, é aplicável também às execuções fiscais movidas pelos conselhos de fiscalização profissional ou pelas autarquias federais.

56. Sobre o Mandado de Segurança e as disposições da Lei nº 12.016/2009, assinale a alternativa correta:

- a) O ingresso de litisconsorte ativo será admitido após o despacho da petição inicial, desde que haja concordância do demandado.
- b) Os efeitos da medida liminar, ainda que revogada ou cassada, persistirão até a prolação da sentença.
- c) Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar ex officio ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o

impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 3 dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.

d) Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá agravo de instrumento e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre.

e) Concedido o mandado, o juiz transmitirá em ofício, por intermédio do oficial do juízo, ou por edital, o inteiro teor da sentença à autoridade coatora e à pessoa jurídica interessada.

57. Em relação à Reclamação, julgue as disposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I – A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado prejudica a reclamação.

II – A natureza jurídica da reclamação é de direito constitucional de petição.

III – A reclamação deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.

IV – Na reclamação que não houver formulado, o Ministério Público terá vista do processo por 5 dias, após o decurso do prazo para informações.

Estão corretas:

- a) I, somente.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) III e IV.
- e) II, III e IV.

58. Acerca dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e da Lei nº 12.153/2009, assinale a alternativa incorreta:

a) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.

b) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, salvo a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 dias.

c) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 salários-mínimos.

d) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública serão instalados pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, podendo também ser instalados Juizados Especiais Adjuntos, cabendo ao Tribunal designar a Vara onde funcionará.

e) A entidade ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação.

59. Sobre a Lei de Execuções Fiscais – Lei 6.830/80, assinale a alternativa incorreta:

a) Não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, inclusive as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.

b) O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 dias, contados do depósito, ou da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia, ou da intimação da penhora.

c) Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução

d) Recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 30 dias,

designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.

e) Caso não sejam oferecidos os embargos, a Fazenda Pública manifestar-se-á sobre a garantia da execução.

60. Assinale a alternativa correta acerca dos entendimentos sumulados pelo Supremo Tribunal Federal:

a) A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, salvo se o titular do direito a interromper durante a primeira metade do prazo.

b) Cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.

c) Para reexame de prova cabe recurso extraordinário.

d) Não pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, salvo se referente a causa instaurada no âmbito dos juizados especiais.

e) É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal

c) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida;

d) se a pessoa possuir mais de oitenta anos e não der notícia de vida há mais de cinco anos;

e) se a pessoa possuir mais de oitenta anos e não der notícia de vida há mais de três anos.

62. Marcos foi selecionado para participar de um programa de reality show por uma emissora de TV famosa. Analisando o contrato, ainda antes de efetivamente integrar o elenco do referido programa, Marcos se deparou com uma cláusula que indicava que a emissora teria direito de usar sua imagem de forma irrestrita, com câmeras ligadas durante todo o tempo de transmissão, por até 02 (dois) anos após o fim do programa ou de sua saída precipitada, por algum dos meios de eliminação nas funções lá exercidas.

Em relação à referida cláusula, é correto afirmar que:

a) a cláusula é válida, visto que os direitos de personalidade de Marcos são, independentemente de sua natureza, em qualquer condição;

b) a cláusula só seria válida se o prazo do direito de imagem fosse de 01 (um) ano;

c) a cláusula só seria válida se o prazo do direito de imagem cessasse assim que Marcos saísse do programa;

d) a cláusula é válida, já que o prazo não é indeterminado, tendo previsão de fim;

e) a cláusula não é válida, visto que a limitação prevista na cláusula é geral.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

a) se a pessoa não der notícia de vida por mais de trinta dias;

b) se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até seis meses após o término da guerra;

63. Em relação ao usufruto, é incorreto afirmar que:

- a) o usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades;
- b) salvo disposição em contrário, o usufruto estende-se aos acessórios da coisa e seus acrescidos;
- c) o usufruto de imóveis, quando não resulte de usucapião, constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- d) é possível transferir o usufruto por meio de alienação;
- e) se o usufruto recai sobre universalidade ou quota-parte de bens, o usufrutuário tem direito à parte do tesouro achado por outrem, e ao preço pago pelo vizinho do prédio usufruído, para obter meação em parede, cerca, muro, vala ou valado.

64. Lei nova regulou inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) a lei anterior não foi revogada, pois só é permitida a revogação expressa;
- b) caso a lei nova seja revogada, sem nova regulação, a lei anterior se restaura, voltando a vigor, de modo a evitar a lacuna normativa;
- c) caso sejam feitas correções no texto da lei, após sua entrada em vigor, não será considerada lei nova;
- d) não dispondo outro prazo, a lei nova entrará em vigor em quarenta e cinco dias, depois de sua publicação oficial;
- e) no estrangeiro, a lei nova será obrigatória após noventa dias depois de oficialmente publicada.

65. Em 13/07/2019, Marcos foi vítima de acidente automobilístico em uma movimentada avenida da cidade em que reside. Não possuindo seguro

particular, foi orientado por seu amigo advogado a ingressar, na condição de beneficiário, com uma ação contra o seguro que é pago conjuntamente com seu licenciamento para dirigir.

Muito relaxado, Marcos apenas dá entrada com o pedido judicial apenas em 13/08/2021. Sobre essa situação, é correto afirmar que:

- a) o direito de Marcos está prescrito, visto que no caso de ações do beneficiário contra o seguro, o prazo prescricional é de dois anos;
- b) o direito de Marcos não está prescrito, visto que o caso é de seguro de responsabilidade civil obrigatório, que prescreve apenas em três anos;
- c) o direito de Marcos está prescrito, visto que, no caso de ações do beneficiário contra o seguro, o prazo prescricional é de um ano;
- d) o direito de Marcos está prescrito, visto que, no caso de ações do beneficiário contra o seguro, o prazo prescricional é de cinco anos;
- e) o direito de Marcos está prescrito, visto que, sendo caso de reparação civil, o prazo prescricional é de três anos.

66. Cácio doou, por meio de contrato, a Humberto parte de sua herança relativa ao patrimônio de seus pais, sendo ambos ainda vivos. Quanto ao negócio jurídico relatado, é correto afirmar que:

- a) a doação é válida, em qualquer hipótese;
- b) a doação é válida, desde que seja firmada por meio de instrumento público;
- c) a doação é válida, desde que seja firmada por meio de instrumento público ou particular;
- d) a doação é válida, desde que o negócio jurídico seja homologado judicialmente;

e) ainda que os pais de Cácio, Cácio e Humberto requeiram judicialmente a convalidação do negócio jurídico, a nulidade deste subsistirá.

67. Marcos e João estavam debatendo sobre o assunto de posse e seus reflexos durante o intervalo das aulas da faculdade, logo antes de iniciar a aula de Direito Civil. Marcos utilizou como exemplo em sua explicação a relação existente entre seu pai (empregador) e um funcionário que realiza as entregas de mercadorias no carro da empresa, enquanto João estava tratando de posse relativa a bens imóveis. Em relação a esse debate, estará correto quem afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;
- e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

68. Paulo, empresário respeitado na cidade em que reside, vem recentemente sofrendo prejuízos em razão do não cumprimento de seus contratos por parte de seus clientes. Assim, em consulta a uma assessoria jurídica, Paulo faz uma revisão de seus contratos e passa a incluir uma cláusula penal para

eventuais descumprimentos de seus clientes. Quanto à aplicação das cláusulas penais, é incorreto afirmar que Paulo poderá:

- a) aplicá-las em caso de descumprimento de uma única cláusula especial do contrato;
- b) em caso de obrigação indivisível com vários devedores, cobrar de qualquer um deles o pagamento integral da pena;
- c) em caso de pena convencional, aplicá-la sem que seja necessário alegar prejuízo;
- d) aplicá-la em caso de simples mora do devedor;
- e) cobrar a multa, mas não em valor superior à obrigação principal.

69. Maurício comprou, em regime de alienação fiduciária junto ao Banco XYZ, um apartamento de luxo localizado em uma área nobre de sua cidade natal. Porém, em razão de dificuldade financeira dois anos após o início do pagamento do, começou a atrasar algumas parcelas do financiamento, vendo-se como necessidade repassar a dívida e o imóvel a seu amigo, Paulo, que estava interessado no imóvel.

Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) não é necessária a anuência do Banco XYZ para que Paulo assuma a dívida e se torne o novo futuro proprietário do apartamento;
- b) caso o Banco XYZ expressamente concorde com a assunção de dívida, o gravame na escritura pública do apartamento em questão será extinto;
- c) se Maurício e Paulo notificarem o Banco XYZ sobre a potencial assunção de dívida e o Banco não responder em até trinta dias, considerar-se-á realizada a transferência do banco, entendendo-se dado o assentimento pela instituição financeira;
- d) caso a assunção de dívida ocorra, não mais poderá ser anulada;
- e) o silêncio do Banco XYZ quanto à assunção da dívida, independentemente do prazo posto na

notificação por Maurício ou Paulo, será interpretado como recusa.

70. O contrato em que uma pessoa, não ligada a outra em virtude de mandato, de prestação de serviços ou por qualquer relação de dependência, obriga-se a obter para a segunda um ou mais negócios, conforme as instruções recebidas, é o contrato de:

- a) corretagem;
- b) agência e distribuição;
- c) comissão;
- d) mandato;
- e) estipulação em favor de terceiro.

DIREITO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

71. A estabilidade é considerada pela Doutrina como espécie do gênero garantia de emprego, que se instrumentaliza quando o empregador fica impedido, temporária ou definitivamente, de dispensar sem motivo justo o empregado. Nesse sentido, a legislação prevê que

- a) fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção de entidade sindical, até dois anos após o final do seu mandato, caso seja eleito inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave.
- b) fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção de entidade sindical, até um ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente, salvo se cometer falta grave.
- c) é garantido o emprego ao empregado acidentado, pelo prazo mínimo de doze meses, após a cessação do auxílio-doença acidentário.

d) é garantido o emprego ao empregado acidentado, pelo prazo mínimo de seis meses, após a cessação do auxílio-doença acidentário.

e) é proibida a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante a desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.

72. Empregador dispensa o empregado sem justa causa, dando aviso prévio ao mesmo. No 12º dia de cumprimento do aviso, o empregador arrepende-se de ter dispensado o empregado e reconsidera seu ato.

Essa reconsideração

- a) não gera qualquer efeito, pois em relação ao aviso prévio o legislador prevê que, depois de ter sido dado, não há qualquer possibilidade de arrendimento eficaz.
- b) gera efeitos imediatos, sendo certo que, no caso de aviso prévio indenizado, o empregado deve voltar imediatamente ao trabalho.
- c) não gera efeitos, pois já transcorridos mais de dez dias após a dispensa do empregado.
- d) gera efeitos, se a outra parte aceitar a reconsideração.
- e) não é possível, pois o aviso prévio é irrenunciável pelo empregado, não havendo que se falar em reconsideração do mesmo, sob pena de afronta a direito previsto em norma de ordem pública.

73. No tocante à jornada de trabalho e, de acordo com a legislação vigente, considere:

I. Empregado e empregador poderão estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas, por trinta e seis horas ininterruptas de descanso,

mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

II. É facultada às partes no contrato de emprego, a compensação da jornada de trabalho, sendo que a prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.

III. Em casos específicos de empregados contratados para jornada de trabalho de seis horas diárias e trinta horas semanais, mas que habitualmente prorrogam essa jornada, a jurisprudência tem-se posicionado no sentido de reconhecer, no mínimo, uma hora de intervalo para repouso e alimentação.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I e II, apenas

74. Acerca da estabilidade dos membros da CIPA, assinale a opção correta.

- a) O empregado que tiver registrado a candidatura e tiver sido eleito membro da CIPA durante a vigência de contrato de experiência não terá o direito à estabilidade.
- b) A extinção do estabelecimento onde o empregado eleito membro da CIPA trabalhe não acarreta a extinção da estabilidade, visto que o empregado terá direito ao recebimento de todas as garantias até o final da projeção do seu mandato.
- c) Terão direito à estabilidade os membros da CIPA representantes dos empregados e dos empregadores, sejam eles titulares ou suplentes.
- d) Em regra, a estabilidade dos membros da CIPA permanece até o final do mandato, ainda que o empregado renuncie ao cargo de membro da CIPA.
- e) Não existe limite para reeleição de empregado como membro da CIPA, de forma que a

estabilidade permanece até o final do último mandato.

75. Em relação ao empregado menor de 18 anos, considere:

I. O menor de 18 anos pode firmar recibos de salário, mas, em caso de rescisão do contrato de trabalho, não pode dar quitação ao empregador pela indenização que lhe for devida sem assistência dos seus responsáveis legais.

II. Verificado pela autoridade competente que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou à sua moralidade, ela deverá notificar os pais ou responsáveis para que os mesmos o obriguem a abandonar o serviço, sob pena de responsabilização.

III - Contra os menores de 18 anos não corre nenhum prazo de prescrição

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I
- e) II

76. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

- a) pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais.
- b) banco de horas anual.
- c) intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
- d) plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como

identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança.

e) todas as anteriores

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

77. Tício, residente e domiciliado em São Paulo, foi contratado para trabalhar no Rio de Janeiro. Na contratação, as partes elegeram o foro da cidade de Fortaleza para dirimir qualquer questão decorrente da prestação de serviços. 3 anos após sua contratação, Tício foi transferido para Porto Alegre. 2 anos após a transferência foi demitido. Na dispensa, Tício não recebeu corretamente as verbas rescisórias. Neste caso, Tício deverá promover a reclamação trabalhista na cidade de

- a) São Paulo ou Porto Alegre, a critério do empregado.
- b) São Paulo.
- c) Rio de Janeiro.
- d) Porto Alegre.
- e) Fortaleza.

78. Nas causas sujeitas ao rito sumaríssimo, será admitido recurso de revista na hipótese de

- a) violação à CLT.
- b) divergência estabelecida entre as turmas do TST.
- c) contrariedade a súmula vinculante do STF.
- d) contrariedade a Orientação Jurisprudencial do TST.
- e) nenhuma das anteriores.

79. O jus postulandi das partes, estabelecido no art. 791 da CLT:

a) limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando apenas a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

b) limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando apenas a ação rescisória, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

c) limita-se às Varas do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, o mandado de segurança, e os recursos de competência dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.

d) limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

e) limita-se às Varas do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança, e os recursos de competência dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.

80. A respeito da execução no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

a) São executados na Justiça do Trabalho as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.

b) Serão executadas, desde que a pedido do INSS, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida por juízes e tribunais do trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.

c) É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que assim for designado por determinação do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho a que o primeiro estiver vinculado.

d) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou, de ofício, pelo Ministério Público do Trabalho.

e) Nenhuma das anteriores.

81. Em dissídio individual, está sujeita ao reexame necessário decisão contrária à Fazenda Pública:

a) fundada em súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

b) fundada em acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos.

c) fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

d) fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

e) nenhuma das anteriores.

82. Assinale a alternativa INCORRETA:

Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica:

a) a presunção relativa de validade dos recibos de quitação ou pedidos de demissão de seus empregados ainda que não homologados nem submetidos à assistência mencionada nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho

b) o prazo em dobro para todas as manifestações.

c) o recurso ordinário "ex officio" das decisões que lhe sejam totalmente contrárias.

d) o recurso ordinário "ex officio" das decisões que lhe sejam parcialmente contrárias.

e) a dispensa de depósito para interposição de recurso.

DIREITO AMBIENTAL

Thifago Leite

83. Quantos aos princípios aplicáveis ao direito ambiental, assinale a alternativa correta:

a) O princípio do protetor recebedor ainda não está previsto no ordenamento jurídico brasileiro.

b) As limitações sofridas pelo titular do direito em decorrência dos deveres oriundos da preservação do meio ambiente não geram, regra geral, direito a indenização.

c) O princípio da ubiquidade significa que o meio ambiente está circunscrito aos limites geopolíticos impostos pelo homem.

d) O princípio do desenvolvimento sustentável demanda a harmonização de três elementos, a saber: controle de natalidade, justiça social e preservação do meio ambiente.

e) Uma das características do bem ambiental, bem de uso especial, é a reflexibilidade.

84. Assinale a alternativa correta quanto aos recursos hídricos:

a) A outorga de direito de uso de recursos hídricos é o ato administrativo mediante o qual a Administração Pública, através de seus agentes, faculta (autoriza) ao interessado o direito de usar os

recursos hídricos, por prazo determinado, de acordo com as condições impostas pelo respectivo ato.

b) A água, devido ao ciclo hidrográfico natural, é considerada um recurso natural ilimitado, dotado de valor econômico.

c) O valor recolhido à título de outorga do direito de uso de recursos hídricos possui natureza jurídica de imposto.

d) A lei de Águas (Lei nº 9.433/97) é caracterizada por uma forte centralização na gestão dos recursos hídricos, aumentando assim a eficiência no tratamento de tais recursos, com a diminuição do desperdício.

e) A competência para legislar sobre águas é comum a todos os entes federativos.

85. As competências administrativa e legislativa em matéria ambiental são, respectivamente:

a) Ambas são concorrentes entre União, Estados e DF.

b) Exclusiva da União e comum entre todos os entes federados.

c) Comum entre todos os entes federados e concorrente entre União, Estados e DF.

d) Comum entre todos os entes federados e exclusiva dos Estados e DF.

e) Concorrente entre União, Estados e DF e exclusiva da União.

86. A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas poderá ser autorizada:

a) Por decisão discricionária do chefe do Poder Executivo.

b) Em caso de regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas.

c) Em nenhuma hipótese.

d) Em caso de obras de defesa civil.

e) Pode decisão do Ministério Público Federal.

87. Em qual das Unidades de Conservação abaixo relacionadas permite-se, em regra, apenas o uso indireto dos recursos naturais:

a) Monumento natural.

b) Floresta Nacional.

c) Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

d) Reserva Particular do Patrimônio Natural.

e) Área de Relevante Interesse Ecológico.

88. Quanto à responsabilidade ambiental, marque a alternativa correta:

a) A responsabilidade civil independe da ocorrência do dano.

b) A responsabilidade administrativa ambiental depende da comprovação da responsabilização penal.

c) São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime ambiental, a reincidência nos crimes de natureza econômica.

d) O que fundamenta a possibilidade de imposição de sanções administrativas ambientais ao infrator é o poder de polícia.

e) A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, ou seja, independe da comprovação de culpa ou dolo.

89. Regra geral, um imóvel rural localizado no interior da Bahia deverá respeitar área mínima de reserva legal no percentual de:

- a) 80% (oitenta por cento), se o imóvel estiver situado em área de florestas.
- b) 20% (vinte por cento), independente do tipo de bioma.
- c) 35% (trinta e cinco por cento), se o imóvel estiver situado em área de cerrado.
- d) 25% (vinte e cinco por cento), se o imóvel estiver situado em área de campos gerais.
- e) 70% (setenta por cento), independente do tipo de bioma.

90. Acerca do saneamento básico, assinale a alternativa correta:

- a) Os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico.
- b) Os contratos que envolvem a prestação dos serviços públicos de saneamento básico não poderão ser resolvidos por meio de arbitragem.
- c) Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base, dentre outros, no princípio fundamental da adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais.
- d) O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador não pode, em hipótese alguma, ser considerado resíduo sólido urbano.
- e) Compete aos Estados e DF instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

- a) Considerando-se a inteligência da Lei n.º 4.320/1964, serão objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.

b) No lançamento da receita, devem ser verificadas a procedência do crédito fiscal e a pessoa devedora e deve ser, inclusive realizada a compensação de créditos contra a fazenda pública.

c) O princípio da unidade de tesouraria admite a fragmentação da receita para criação de caixas especiais.

d) Os servidores da fazenda pública têm direito a percentagem pela arrecadação de receita federal destinada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, bem como aos bancos regionais de desenvolvimento.

e) As fases da receita, em ordem cronológica, são as seguintes: previsão, arrecadação, recolhimento e lançamento.

92. Considerando-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, não estão compreendidos nos limites percentuais de gastos com a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, os seguintes gastos:

a) com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, rendimentos variáveis e subsídios.

b) com a convocação extraordinária do Congresso Nacional, convocada pelo Presidente da República em caso de urgência ou interesse público relevante, com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional, e encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

c) com pessoal do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União e dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

91. Considerando-se o Direito Financeiro e a disciplina da receita pública, assinale a afirmativa CORRETA.

d) relativos a incentivos à demissão voluntária e de indenização por demissão de servidores ou empregados.

e) com horas extras e decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração do mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

93. Considerando as normas constitucionais de despesas com pessoal, assinale a opção correta.

a) Despesa com pessoal inativo não é computada nos limites de gastos com despesa de pessoal previstos em lei complementar.

b) A Caixa Econômica Federal somente poderá conceder aumento salarial aos seus empregados se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

c) Caso a despesa com pessoal de determinado ente federativo exceda o limite estabelecido em lei complementar e não seja reduzida dentro do prazo fixado para tanto, serão suspensas as transferências voluntárias a esse ente, salvo as destinadas à saúde, à educação e à assistência social.

d) Na hipótese de a despesa com pessoal de determinado ente federativo exceder o limite estabelecido em lei complementar, o ente poderá, para retornar ao limite imposto, contingenciar despesas relativas a programas sociais.

e) Ao servidor não estável que for exonerado para o atingimento do limite de despesas com pessoal é assegurada indenização correspondente ao valor de um mês de remuneração por ano de salário.

94. Conforme previsto na Lei Complementar no 101/2000, o limite específico de despesa de pessoal para o Poder Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida é, respectivamente para União, Estados e Distrito Federal, e Municípios, de:

a) 1%, 2% e 4%.

b) 1,5%, 3% e 6%.

c) 2,5%, 3% e 6%.

d) 3%, 4% e 6%.

e) 3%, 6% e 6%.

95. Constatando ilegalidade ao exercer a atividade de controle externo, compete ao Tribunal de Contas

a) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

b) sustar imediatamente a execução do ato administrativo impugnado, comunicando a decisão ao Poder Legislativo.

c) sustar a execução do contrato administrativo impugnado, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

d) sustar a execução do contrato administrativo impugnado, comunicando a decisão ao Poder Legislativo competente.

e) representar ao Poder Legislativo competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

96. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos

a) e relativos à atividade da empresa, desde que autorizados por escrito.

b) mesmo que não sejam relativos à atividade da empresa ou que não tenham sido autorizados por escrito.

c) e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.

d) ou fora deles, desde que relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.

e) ou fora deles, ainda que não relativos à atividade da empresa ou que não autorizados por escrito.

97. Em relação aos contratos empresariais seguintes,

a) no contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor fiduciário tem o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa alienada, ficando o devedor fiduciante como depositário e possuidor direto do bem, que nada impede já pertencesse ao devedor por ocasião da celebração do contrato.

b) verificada a mora no contrato de alienação fiduciária em garantia de bens móveis, haverá a pronta exigibilidade das prestações vincendas, cabendo ao credor fiduciário requerer em juízo a reintegração da posse do bem objeto do contrato.

c) a exploração da atividade de faturização de créditos é exclusiva das instituições financeiras, pois necessita de autorização do Banco Central.

d) os contratos de leasing são restritos a bens móveis, por se tratar de um híbrido de locação e compra e venda pelo valor residual.

e) o desconto bancário implica a transferência de crédito do descontário ao banco e este lhe paga o valor correspondente, deduzidos os juros e encargos, sem possibilidade de endosso em nenhuma hipótese, pelo caráter personalíssimo da operação.

98. Em relação à sociedade limitada,

a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.

b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.

d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

e) uma vez integralizado o capital, este não pode ser reduzido, mas somente majorado, por decisão da maioria simples dos sócios.

99. Sobre a falência, é possível dizer que:

a) A decretação da falência implica a suspensão de todas as ações propostas contra o devedor, inclusive as que demandem quantia ilíquida.

b) Contra o ato judicial que decreta a falência cabe apelação, que possui efeitos devolutivo e suspensivo.

c) A falência do locador não resolve o contrato de locação; falindo o locatário, o administrador judicial poderá denunciar o contrato a qualquer tempo.

d) A inabilitação imposta ao empresário falido tem caráter perpétuo.

e) Nenhuma das alternativas.

100. Assinale a alternativa que não prospera:

a) No decorrer do contrato, o devedor fiduciante pode usar do bem conforme sua destinação, porém deixa de ser titular do domínio.

b) A propriedade fiduciária tem por objeto coisa fungível.

c) O credor fiduciário adquire o direito de propriedade resolúvel e a posse indireta do bem.

d) Reconhecida a nulidade do contrato de mútuo destinado à aquisição de bem, extingue-se a alienação fiduciária.

e) Nenhuma das alternativas.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradorias-02-10>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>